



SERIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS POLÍTICOS SERTANEJOS - NORTE DE MINAS E SUL DA BAHIA (1700-1930)

LUÍS CARLOS MENDES SANTIAGO*

Preliminares

Ao propor uma história de longa duração e analisar um conjunto imenso de dados, Fernand Braudel recorreu à ferramenta matemática, inserindo o preço do trigo e o salário pago aos trabalhadores diaristas em séries que atravessam os séculos, reguladas pelo valor do ouro e da prata, sem esquecer a flutuação na cotação desses dois metais (1979). Trabalharemos, entretanto, com a política e não com a economia, temos então que buscar outro padrão matemático, ou matematizante, para o nosso ensaio de serialização. Felizmente, na política temos um mínimo denominador binário: de um lado a) uma hegemonia (temporária) e do outro, b) um segmento negativamente privilegiado, ou seja, na linguagem do nosso dia-a-dia, Situação *versus* Oposição. Trata-se de um dualismo político, que denominaremos "bipartidarismo crônico", embora seja anterior à institucionalização dos partidos.

Na região em pauta, desde o começo da colonização portuguesa, o bipartidarismo pode ser percebido na tensão entre as autoridades, quase sempre lusitanas, e os mineradores (e outros segmentos sociais), que muitas vezes levou a conflitos armados. A partir de 1820, uma nova configuração política aumenta paulatinamente o poder dos nacionais, que passam a enfrentar os portugueses de forma aberta nos surtos constantes de lusofobia, que sacodem o país até por volta de 1835. Na região que nos interessa agora, ataques a e assassinatos de portugueses devastaram ao longo de onze anos (1821-1831) a região de Caetité e das Minas do Rio de Contas (SOUZA FILHO, 2003: 139-211). Conflitos pontuais registrados também na Vila do Príncipe (Serro), em 1829 (CHAGAS, 1982: 34-38), no Tejuco (Diamantina), entre 1821-1825 (SANTOS, 1923: 326-331, 379), em São Romão (1830) e no Brejo do Amparo (hoje subúrbio de Januária, 1831; BIEBER, 1999: 60, 70, 120).

Na década de 1830, período em que os partidos políticos são institucionalizados, o norte de Minas e o sertão do sul da Bahia, que desde 1750 formavam um vasto território tampão (interdição completa ou parcial da colonização e da abertura de estradas), passaram por um brusco processo de emancipação político-administrativa. O norte de Minas contava apenas com três municipalidades: a Vila do Príncipe (1714), Minas Novas (1729), vila criada na capitania da Bahia, depois transferida para Minas (1760), além da tardia Paracatu (1789) e,

* Mestre em História pela UNIMONTES com bolsa da CAPES.



de uma "canetada" só, ganhou mais cinco. Enquanto o sertão sul-baiano, que era a contraparte desse território-tampão e contava apenas com as vilas das Minas do Rio de Contas (1727, originalmente em Livramento), de Santo Antônio do Urubu (1732) e a tardia Caetité (1811), também ganhou um novo município. Num vasto território, portanto, que contava tão somente seis vilas, apenas no ano de 1831 foram criadas cinco novas municipalidades: Montes Claros, São Romão, Diamantina, Rio Pardo de Minas, Curvelo e Carinhanha. Apenas dois anos mais tarde, era criada ainda a vila Januária, e outras duas em 1840, Grão Mogol e a imperial vila da Vitória (Vitória da Conquista), por ocasião entronização prematura de Pedro II (SANTIAGO, 2016: 57-61). Esses municípios foram lançados de supetão no jogo partidário ao qual adaptaram a truculência própria das lides de colonização. Judy Bieber percebe um aumento da violência política paralelo à institucionalização nos recém criados municípios de Montes Claros, Januária e São Romão, mas essa violência atinge um ponto crítico, torna-se endêmica, a partir de 1849. Nesse ano, de janeiro a maio, a vila do Urubu foi ocupada por um grupo de autoridades ligadas ao Partido Conservador, que mataram os líderes liberais, e Montes Claros, invadida por uma tropa de cavalaria (agosto-setembro), que expulsou os líderes liberais da localidade e impediu que seus eleitores votassem (BIEBER, 1999: 50, 87-93; SILVA, 2011: 90-98).

Ao longo de Segundo império, a par de alguns conflitos entre mineradores e autoridades, a violência se torna comum por ocasião das eleições, mas o tipo de conflito político mais característico desse período na região que estamos estudando é a "sebaça". Em geral, acontecia após as mudanças ministeriais, quando o gabinete governativo de um partido era substituído por outro, formado pelo partido adversário. Sebaça que ficou famosa foi a tomada de Januária pelo Neco (Manoel Tavares de Sá), em 1879, registrada por Teodoro Sampaio, que viajava pela região (SAMPAIO, 2002: 146-166). Na década de 1880, a instituição da sebaça alcançou a região de Canavieiras e de Ilhéus, muito possivelmente pelas mãos do norte-mineiro coronel Gentil de Castro, militante exaltado do Partido Liberal, que se mudara para a região (CAMPOS, 1981: 266, 272-275).

Na Primeira república, o quadro partidário sofreu novas modificações. Um primeiro surto de violências políticas teve lugar em 1895 e 1896, por ocasião da substituição de autoridades deodoristas por florianistas e destes pelos civelistas. Em 1895, no termo de Conquista, o assassinato de dois irmãos, seguido de um massacre, provoca a longa "guerra" dos Tamanduás e Mocós (IVO, 2004: 157-202). No ano seguinte, a vila de São Francisco, dividida entre as facções de Morcegos e Gaviões, foi invadida por jagunços ligados ao



primeiro grupo, que mataram o juiz de direito, um dos seus filhos, que era vereador, e seu afilhado, entre muitos outros desafetos políticos. Guimarães Rosa em um parágrafo conciso do seu romance genial menciona as três invasões de São Francisco (1896, 1914, 1920), estudadas em maior detalhe por Brasiliano Braz (ROSA, 2006: 166-167; BRAZ, 1977: 85-104, 113-117, 131-135).

O mocó é um roedor que habita lugares pedregosos e emprestou seu nome para a jagunçada das Lavras Diamantinas. Foram os jagunços Mocós, que perpetraram o massacre do Tamanduá (Conquista, 1895). Na Jequié da década de 1910, Mocó era também a designação de uma das facções políticas, ligada ao coronel Marcionílio de Souza, de Maracás, que, por sua vez, era correligionário de Horácio de Matos, das Lavras. Os inimigos dos Mocós, em Jequié, eram os Rabudos (ratos), aos quais estava ligado o grupo familiar dos Cauçuç (nome de planta). Em 1916, depois de algumas derrotas sofridas para os Cauçuç em escaramuças, os Mocós de Jequié conseguiram o envio de uma força tarefa da polícia estadual baiana, que também foi derrotada. Duas outras expedições policiais foram enviadas em seguida e lograram a desarticulação dos Cauçuç. Expulsos de Jequié, os Cauçuç se tornaram bandidos que assolaram o nordeste de Minas e o extremo-sul da Bahia até a década de 1920. Não deixa de ser surpreendente que as duas facções de Jequié deram também nome a grupos célebres de bandidos, que assolavam a região, os Mocós e os Rabudos (AUAD, 2013: 26-62; SENNA, 1918: 684). Em 1920, os Mocós do coronel Marcionílio fizeram parte da Reação sertaneja, dominando vários municípios, e o coronel de Maracás foi o signatário de um dos pactos celebrados com o governo federal, que lhe conferiram poderes extraordinários de polícia e de política (PANG, 1979: 144-150).

O PRM, partido hegemônico mineiro, liderado pela temida Tarasca (diretório), alcançou maior eficácia que seus sucessivos congêneres baianos. Controlava as urnas de todo o estado, mas não erradicou as violências partidárias que continuaram a assolar municípios e distritos. Em 1918, contudo, o presidente estadual Artur Bernardes desarticulou as lideranças locais, até então ligadas por laços clientelísticos aos ex-governadores Francisco Sales e Bueno Brandão, substituídas por políticos diretamente vinculados a ele. Em alguns casos, houve conflito armado, no termo de Fortaleza (Pedra Azul), por exemplo, o distrito de Cachoeira de Pajeú foi tomado por dezenas de jagunços, que contaram com o apoio de policiais estaduais (FERNANDES, 1992: 20-25). Em 1920, Bernardes realizou a mesma operação substitutiva no legislativo mineiro (KUBITSCHKE, 1974: 89-90). Não se pode esquecer que a Coluna Prestes fazia oposição a Bernardes, agora presidente da República. Também cabe lembrar que



a Coluna sofreu repetidos reveses em sua campanha pelo sertão baiano até alcançar o norte de Minas e que seus piores inimigos eram os Batalhões Patrióticos, formados e comandados por sertanejos.

As eleições de 1930 desataram um novo surto de violências, mais sério em Minas do que na Bahia. O PRM finalmente foi cindido ao meio, quando a Tarasca decidiu apoiar o candidato da oposição, Getúlio Vargas, enquanto uma parte importante do partido instituiu a Concentração Conservadora para dar suporte a Júlio Prestes, candidato de Washington Luís. Além de dois conflitos em Carinhanha (fevereiro e outubro), também foram registradas ocorrências em Grão Mogol e em Araçuaí (empastelamento de jornal), mas o caso mais sério foi o tiroteio em Montes Claros, que terminou com a morte de nove pessoas e o vice-presidente da República, que fazia campanha pela Concentração Conservadora alvejado com um tiro de raspão no pescoço (MAURÍCIO, 1986). Uma das primeiras medidas do governo Vargas, ainda em 1930, foi a prisão dos valentes coronéis baianos, inclusive Marcionílio de Maracás (PANG, 1979: 216), marcando o fim do surto de violências que vinha de 1849 e o início do processo que vamos chamar de "pacificação do sertão". Outro momento decisivo na pacificação dos sertanejos foi a erradicação do cangaço em 1938, com a morte de Corisco no sertão da Bahia, possível graças à unificação de esforços estaduais e à tecnologia de armamentos, comunicações e transportes (MELLO, 2005: 158, 255-292). O governo Vargas também conseguiu reduzir consideravelmente os conflitos políticos locais, mas não foram de todo eliminados. Na República de 1945, a despeito das muitas opções, as oligarquias locais se filiavam ou ao PSD ou à UDN, conforme tivessem sido privilegiadas, ou não, no período Vargas. Nem os esforços do governo militar, conseguiram eliminar os atritos locais e as facções passaram a se dividir entre a ARENA 1 e a ARENA 2, já que os líderes locais não queriam se indispor com o governo federal, mas os conflitos políticos mudam de configuração, centrados na posse da terra contra a grilagem entre outros mecanismos de desapropriação, e fogem ao escopo deste ensaio preliminar de serialização.

Antes de passar à enumeração dos casos (serialização), falta ainda esclarecer melhor a atuação política dos segmentos sociais, anterior à institucionalização dos partidos. A intelectualidade brasileira é extraordinariamente obtusa com relação à atuação política dos segmentos menos favorecidos. Trata-se, ao meu ver, de um resquício da cultura brasileira de castas. Os estudiosos da nossa sociedade ainda acreditam no poder absoluto dos governos, sejam coloniais, imperiais ou republicanos. Nada mais falso. Ainda hoje temos áreas imensas na cidade e na mata que são "controladas pelo tráfico", a despeito dos nossos recursos.



Naquele tempo, obviamente, a situação era ainda mais incerta, tanto mais no sertão. Essa ideia de poder político absoluto está presente, por exemplo, no título e no texto do clássico *Os donos do poder* (1958), trabalho fundamental de Raymundo Faoro, que se deixa levar, contudo, pelo mito de uma classe burocrática todo-poderosa. Em um texto excelente, de 2009, o professor Dilton de Araújo aventa a hipótese de que os conflitos de Pilão Arcado na década 1840 não foram suprimidos porque o governo adotou uma "estratégia de acomodação" (ARAÚJO, 2009: 155), quando para enfrentar Militão, o governo precisava superar obstáculos logísticos e levar em conta o risco de derrota inerente a essa atitude temerária.

Em 1902, Euclides da Cunha acreditava que os últimos autênticos sertanejos tinham sido degolados no massacre de 1897 e, em 1927, Capistrano de Abreu remetia a cultura do vaqueiro, com o nome de "ciclo do couro", a um remoto passado colonial (ROSA, 2001: 172; ABREU, 2000: 150-160). A práxis violenta da política sertaneja continuava, contudo, rediviva, nas pessoas do jagunço, do cangaceiro e do coronel facínora, conforme confirmam os estudos e reportagens coetâneos acerca do banditismo e da política de âmbito local. Sem levar aqui em conta alguns pioneiros isolados (João Francisco Lisboa, Oliveira Vianna, João Brígido), essa descrença na atuação política das classes desfavorecidas começa a se desfazer com a literatura de Guimarães Rosa (*Sagarana*, 1946) e o jornalismo de Odorico Tavares ("Roteiro de Canudos", 1947). Mesmo assim, as ciências sociais ainda demoraram a perceber que a cultura (e a política) do sertanejo continuava viva e forte. Empreitada que tem início já no fim dos anos 1950, com a obra sociológica de Maria Isaura Pereira de Queiroz, e também com o fundamental *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó (1964), além de alguns trabalhos isolados de historiadores, Berrance de Castro, por exemplo, com *A milícia cidadã* (1977), que mostra a participação de crioulos e pardos na primeira Guarda Nacional.

Primeiro passo para a compreensão da atuação política das castas menos favorecidas na região delimitada foi a pesquisa que deu origem ao livro *Devoção e escravidão*, de Julita Scarano (1976), onde mostra que a Irmandade do Rosário no Tejuco era dirigida pelos irmãos africanos e pagava o capelão para ser uma espécie de procurador da irmandade e da comunidade. Na década de 1770, os crioulos se sentiram desprestigiados e formaram sua própria comunidade, de Nossa Senhora das Mercês (SCARANO, 1976: 58, 68-95). O duplo arraial minerador dos setecentos erguido em torno da futura matriz e do Rosário, mostra a divisão da sociedade colonial mineradora em dois segmentos principais, dos proprietários de escravos e dos escravizados. Ainda que subordinada às irmandades senhoriais, a mesa diretora do Rosário tinha poder decisório nas questões de âmbito comunitário, acolhendo inclusive os



deserdados das etnias indígenas e europeias, que participavam da festa do Reisado, ou Congado, formando os blocos de Caboclos e de Marujos. A formação sócio-política dos quilombos, com reis, rainhas, conselhos e outros tipos de autoridade era similar à estrutura dos arraiais do Rosário, inclusive na escolha preferencial de africanos para a liderança. Essa ascendência dos africanos sobre os cativos nascidos no Brasil foi percebida quase cinquenta anos depois do fim do tráfico atlântico, em meados dos anos 1890, pela arguta Alice Dayrell, a garota diamantinense que escreveu *Minha vida de menina* (MORLEY, 1999: 210-211).

Depois de Julita Scarano, o canandense Hendrik Kraay percebeu que milícias etnicamente constituídas na Salvador do período colonial e do Primeiro império eram instituições que possibilitavam a atuação política de crioulos e de pardos (KRAAY, 2001: 82-105). Em texto de 2008, o historiador Marco Antonio Silveira analisa requerimentos de irmandades de pretos e de pardos e afirma que "as irmandades e as tropas, de acordo com as informações contidas nos próprios requerimentos, pareciam consistir nas principais formas apoio e organização das classes de escravos e libertos"; e enfatiza adiante: "Muitas irmandades atuavam não apenas como meios de proteção e caridade junto a seus membros, mas também como instrumentos eficazes de pressão política e de luta social" (SILVEIRA, 2008: 146, 149-150). Milícias e irmandades podem ser, portanto, consideradas pré-partidos. As irmandades, sobretudo, mostram-nos a divisão da sociedade brasileira em castas endogâmicas. Se nos menores arraiais, a sociedade estava dividida nas duas castas principais, de escravizados e seus supostos proprietários, no arraial de Santo Antônio do Tejuco, que, apesar das proporções consideráveis, estava impedido de ter sua própria freguesia (e de receber qualquer monge), as castas estão claramente visíveis nas irmandades leigas, as duas primeiras com status de Ordem Terceira: Carmo (autoridades reinóis), São Francisco (comerciantes de porte), Santíssimo (os ditos homens bons, na futura matriz), Bonfim (militares), Amparo (pardos e, mais tarde, uma certa classe média), Mercês (crioulos depois pardos) e a irmandade do Rosário, a segunda a se instalar no arraial, liderada pelos africanos e depois pelos crioulos. A igreja de Santo Antônio e a do Rosário presidiram sobre os dois primeiros arraiais que deram origem a Diamantina (SANTIAGO, 2016: 44-51).

O Brasil era, portanto, uma sociedade de castas endogâmicas com pequena mobilidade vertical (acesso apenas às castas adjacentes), que podem ser assim divididas: 1) casta das autoridades reinóis, sobretudo bacharéis e militares de carreira; 2) potentados com cargos de capitão-mor, sargento-mor e juiz ordinário, entre outros, que impunham sua autoridade por meio das milícias de escravos, antepassados dos jagunços; 3) uma classe média mestiça de



fazendeiros-comerciantes-tropeiros, "homens bons", conforme o jargão da época, que ambicionava cargos públicos para passar para a casta dos potentados; 4) livres pobres incontáveis, quase sempre mestiços, mas incluindo também crioulos, índios, europeus e africanos; 5) os forros não eram nem escravos nem livres, mas deviam uma infinidade de favores aos seus antigos senhores; 6) os escravizados divididos entre a) pardos (inclusive indígenas), b) crioulos e c) africanos, que por sua vez estavam divididos entre ladinos e boçais, além das classificações funcionais (profissionais, inclusive concubinas e jagunços) e da valorização conforme o porto de origem; e 7) além dessas seis, temos ainda uma casta (antes um estamento no sentido weberiano) dos clérigos, dotada de forte sentimento corporativo e atuando em todos os setores da sociedade (SANTIAGO, 2016: 39-40). Não quer dizer que cada uma das irmandades leigas estivesse ligada a uma casta, mas por meio das irmandades, podemos perceber claramente a sociedade de castas que era o Brasil. Trata-se de assunto para um estudo futuro. Por hora, cabe fixar que, apesar das inúmeras diferenças, as irmandades leigas e milícias representavam os distintos setores da sociedade, de forma equivalente aos partidos do atual regime democrático.

Ensaio de serialização

A - 1700-1831 - Antigo regime (período pré-partidário, inclui o Primeiro império com seu constitucionalismo a contragosto). Nosso conflito inaugural [**A-1-m-1700** / VASCONCELOS, 1948: 56-57]* tem lugar no altiplano ao norte de Grão Mogol, entre as cabeceiras do Pardo (deságua em Canavieiras), do Gorutuba (bacia são-franciscana) e do Itacambira (afluente do Jequitinhonha). Segundo Diogo de Vasconcelos, em 1698, mineradores paulistas liderados por Miguel Domingues encontraram ouro no alto rio Itacambira. Dois anos mais tarde, em 1700, chegaram outros mineradores, de origem baiana, que expulsaram os paulistas, possivelmente integrantes da expedição liderada por Pedro Gomes de Franca, que subira o leito do rio Patipe (o mesmo rio Pardo), encontrando ouro nas nascentes. Diogo de Vasconcelos, contudo, confunde-se em sua narrativa, desqualificando os mineradores baianos aos quais chama de "semibárbaros" da estirpe dos Papudos, oriundos do rio de Contas. Ora, as minas do rio de Contas serão descobertas apenas vinte anos mais tarde e

* **Critério de enumeração:** a primeira maiúscula indica o período cronológico, o número que vem em seguida é o da série, as minúsculas **b**, **m**, **bm** e **mb** indicam que o conflito teve lugar nos atuais territórios da Bahia ou de Minas, ou começou na Bahia e passou para Minas (de hoje), ou vice-versa, e o número que vem em seguida indica o ano ou anos da ocorrência; por questões de espaço nos limitamos aos conflitos registrados em livros e periódicos, deixando também de lado muitos conflitos contra quilombos, aldeias e bandidos, que não podem ser isolados do bipartidarismo crônico entre castas, além de eleições e transferências de sede; episódios foram agrupados e evitei citar mais de uma referência por episódio.



os Papudos são uma população tradicional que ainda reside nas bacias do Itacambira e do Vacarias, porém, somente mais tarde receberão o nome de Papudos e talvez sejam, de fato, descendentes dos mineradores que acompanhavam Pedro Gomes (ROMEIRO, 2008: 45). Como todo evento fundador, esse conflito territorial é atípico, pois as duas partes se equivaliam e nenhuma das duas pode ser considerada hegemônica (autoridade). O conflito dos Papudos prefigura a guerra dos Emboabas, que também tem entre seus protagonistas paulistas e baianos, aos quais se uniram os mineradores de outras origens.

Nos demais conflitos do período colonial, o papel da autoridade está claramente definido. O conflito do Papagaio [A-2-m-1719 / ANASTASIA, 2012: 123-131] também tem baianos entre os contendores. O veterano da guerra dos Emboabas e procurador da casa da Ponte (latifúndio com sede em Salvador) Manoel Nunes Viana liderou o levante, impedindo que o governante das Minas, conde Assumar, instalasse uma vila no Papagaio (hoje Tomás Gonzaga, distrito de Curvelo), nas vizinhanças da Barra do Rio das Velhas (hoje Guaicuí, distrito de Várzea da Palma). Em 1727, paulistas liderados por Leme do Prado descobrem as Minas Novas. Dois anos depois, contudo, Leolino Mares foi enviado à região, para expulsar os paulistas [A-3-m-1729-30 / IVO, 2012: 81-85]. Tradições locais, que tive oportunidade de ouvir em Chapada do Norte, que era um dos tantos arraiais das Minas Novas, informam que, ao chegarem ali, os bandeirantes encontraram os índios Corutubas. Acredito que se trata de uma corruptela de Gorutuba, ou seja, os Gorutubanos, população tradicional vizinha dos Papudos, já exploravam o ouro das Minas Novas, o que talvez tenha contribuído para a incorporação da vila à capitania baiana (SANTIAGO, 2015: 450). Gorutubanos também parecem ter tomado parte importante nos motins do Sertão [A-4-m-1736 / ANASTASIA, 2012: 89-99], onde as milícias vindas dos sertões do rio Verde, que tem entre seus afluentes o Gorutuba, formaram um governo autônomo no Brejo do Amparo.

Segue-se um período de paz relativa. Um evento importante na formação política do norte de Minas foi a transferência da vila das Minas Novas da Bahia para a capitania mineira, em 1760, quando o vale do Gorutuba recebeu uma leva de colonos, que se apossaram de terras até então pertencentes aos Gorutubanos. Graças ao patrimônio imaterial de uma cultura bem alicerçada, os Gorutubanos continuaram ocupando um território considerável e voltam à cena nos conflitos da serra do Itacabiruçu [A-5-m-1781-98 / PARRELA, 2009: 50-51, 88-95, 138-160]. Diamantes tinham sido descobertos ali no ano de 1768, mas essas lavras foram deixadas como reserva, exploradas, contudo, por grupos de mineradores ilegais cada vez mais numerosos. Em janeiro de 1782, quando o governador tomou conhecimento do problema,



eram milhares (SOUZA, 2006: 140-150). O tipo social específico do garimpeiro se formou ao longo desse conflito. Os garimpeiros eram pessoas das mais variadas origens, inclusive clérigos. O maior contingente era de escravos enviados por seus proprietários para levantar fundos para a alforria, além de quilombolas, escravos fugidos (não necessariamente quilombolas), forros e livres pobres. Os quilombolas vinham em boa parte do Gorutuba, região que também fornecia suporte logístico aos garimpeiros. Os garimpeiros se tornam então uma força organizada que desafia as autoridades nas lavras diamantinas de Bandeirinha [A-6-m-1782 / SOUZA, 2006: 144-145] e mais tarde no Pagão [A-11-m-1825 / SANTOS, 1923: 172-175]. Conflitos dos dragões e seus auxiliares contra garimpeiros se tornam frequentes e as autoridades nem sempre levam a melhor. Os garimpeiros da Serra (Itacambiruçu) não foram expulsos pela repressão mas pelo próprio esgotamento das lavras mais acessíveis. O padre Rolim, chefe dos Inconfidentes no Tejuco, estava diretamente envolvido na garimpagem do Itacambiruçu, bem como no descaminho dos diamantes ali encontrados. A conjuração da Inconfidência também cabe na nossa série [A-7-m-1788-89 / MACHADO, 1980: 90-95], mas já configura um conflito entre oligarquias ("dupla oligarquia"), prefigurando os conflitos entre nacionais e lusitanos e o próprio jogo partidário de hoje (restrito às oligarquias). A conjuração do Tejuco [A-8-m-1798-1801 / SOUZA, 1992: 51-54] também se enquadra nessa mesma tipologia da dupla oligarquia.

O governo de dona Maria e do seu filho João VI conseguiu reduzir os conflitos por meio de uma série de concessões, entre as quais, cabe mencionar aqui a emancipação político administrativa de Paracatu (1789), de Caetité (1811) e o acesso de brasileiros ao cargo de intendente dos diamantes com o intendente Câmara (1807). Em 1821, com a notícia da revolução constitucionalista do ano anterior, começam os atritos entre portugueses e nacionais. No Tejuco, populares tomaram as ruas, gerando uma série de conflitos [A-9-m-1821-25 / SANTOS, 1923: 320-331, 379], inclusive o deslocamento da administração diamantina para São Gonçalo do Rio Preto, quadro que perdura até 1825 (SANTIAGO, 2016: 42-43, 55-56). A situação mais grave tem lugar na vila do Rio de Contas, onde brasileiros atacam sistematicamente os portugueses ao longo de toda uma década [A-10-b-1821-31 / SOUZA FILHO, 2003: 139-211], inclusive em Caetité e Livramento. Temendo uma reação dos portugueses, os moradores da vila do Príncipe, tratam de se armar, mas até onde sabemos não chegaram às vias de fato [A-12-m-1829 / CHAGAS, 1982: 34-38]. O potentado Joaquim José de Azevedo (futuro liberal) tomou o julgado de São Romão [A-13-m-1830 / BIEBER, 1999: 120] e os moradores brasileiros do Porto do Salgado invadiram o Brejo do Amparo



(também julgado), onde residia uma opulenta comunidade portuguesa, conflito que aconteceu em tempos regenciais e pertence, portanto, ao período seguinte.

B - 1831-1848 - Institucionalização dos partidos (Regência e início do Segundo império). Começa, conforme dizíamos, com os conflitos lusofóbicos no Brejo do Amparo [**B-14-m-1831** / BIEBER, 1999: 60, 70]. Com a perda paulatina de poder pelos portugueses, o "partido lusitano" de Januária foi incorporado pelos absolutistas e depois pelos conservadores. Alguns conflitos ainda podem ser associados aos surtos de lusofobia: em Vila Rica, os oficiais portugueses tomaram o poder durante algum tempo (1833) e nas margens do São Francisco baiano, mas fora do nosso recorte, o português Bernardo Guerreiro enfrentou o potentado Militão Antunes ao longo dos anos 1840, a identificação, contudo, era partidária, de liberais ligados a Militão e conservadores ligados à família Guerreiro. A revolução Liberal [**B-16-m-1842** / SANTIAGO, 2016: 67-71], que sacodiu a província mineira e tem entre seus próceres o norte-mineiro Teófilo Otoni, desencadeou poucos conflitos na região. O Serro, chefiado pelo implacável visconde do Serro Frio, era a capital do conservadorismo na região e muitos foram os liberais, inclusive autoridades, presos de forma sumária. Do Serro saiu uma expedição da Guarda Nacional que ocupou Diamantina. Duas emboscadas, com mortos e feridos legalistas tiveram lugar nas vizinhanças de Mendanha (distrito de Diamantina). Os liberais da região chegaram a arregimentar um batalhão, mas depois se refugiaram na Bahia. A Câmara de Paracatu ainda aderiu à revolução, mas quando já tinha sido praticamente debelada. Esse conflito foi tão significativo para a política partidária nacional, que os liberais passaram a ser chamados de Luzias, em função da batalha de Santa Luzia, na qual foram derrotados de forma definitiva.

Em torno de Diamantina, ocorreram novas ocupações territoriais para a extração da valiosa pedrinha. Duas dessas invasões originaram arraiais que vingaram e hoje são prósperos distritos: São João da Chapada [**B-15-m-1833** / MACHADO, 1985: 23-26, 57-59] e Curalinho, depois Formação, hoje Extração [**B-17-m-1843** / SANTOS, 1923: 396-400]. São resquícios do dualismo territorial do Antigo regime, depois substituído pelo dualismo restrito às oligarquias. Desde a instalação da Regência até o início da República esse bipartidarismo territorial é bem caracterizado na região: com a transferência da sede de vilas, distritos e paróquias em conformidade com a preferência partidária. O exemplo mais surpreendente é Januária: vila criada pela regência de tendência liberal foi inicialmente instalada no Porto do Salgado (1833), mas logo passou para o lusitano Brejo do Amparo (1836), com novas mudanças de sede em 1845 (Porto), 1850 (Brejo), 1853 (Porto), 1871 (Brejo) e 1885, quando



volta ao antigo Porto, onde a cidade está até hoje, quase sempre com conflitos bipartidários que deixamos de incluir nesta listagem preliminar. Na vila de São Romão (liberal) a mudança foi irreversível, a sede municipal foi transferida para Pedras dos Angicos (conservadora), que logo mudou seu nome para vila de São Francisco, e o antigo julgado só voltou a ser vila em 1923. Entre Bocaiúva e Jequitáí aconteceu alternância similar: a vila de Jequitáí foi criada no distrito conservador de Bonfim (hoje Bocaiúva), depois transferida para a Jequitáí de hoje, voltando para o Bonfim em 1895, com o nome atual. O mesmo processo aconteceu nas paróquias de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras (hoje distritos do Serro), cuja sede era transferida entre uma e outra ao sabor dos gabinetes ministeriais (BIEBER, 1999: 38, 52-58; SANTIAGO, 2015: 460).

C - 1849-1889 - Ciclo de violência política endêmica (primeira parte). O surto bem caracterizado de lutas políticas na Europa de 1848, refletiu-se no Brasil com a revolução Praieira do litoral pernambucano. A reação a esse surto de revoltas veio desencadear, por sua vez, o ciclo de violências que ocorreu na região que estamos estudando. Para combater a revolta Praieira, Pedro II nomeou o gabinete "Miguelino" (instalado no dia de São Miguel Arcanjo), que a reprimiu com grande matança. Seguindo o exemplo, ou obedecendo a ordens, em janeiro de 1849, um grupo de autoridades conservadoras da vila de Santo Antônio do Urubu invadiu a localidade [**C-18-b-1849** / SILVA, 2011: 90-98], matando integrantes do partido adversário e dominando a cidade até maio. O tenente Moacir Pinto Paca comandou a tropa de cavalaria que invadiu Montes Claros e o distrito de Brejo das Almas [**C-19-m-1849** / BIEBER, 1999: 90-93] e certamente obedecia ordens dos seus superiores.

Começa um período que chamaremos de tempo da sebaça, pois é o tipo específico de violência política dessa época nas margens do São Francisco. Um bando de jagunços, por vezes acompanhado de autoridades, invade, saqueia e destrói fazendas, povoados e vilas, por ocasião das mudanças ministeriais, quando implicam alternância entre os partidos, e também em outras oportunidades. Muitas outras formas de violência (e de fraude) política e partidária eram empregadas: recrutamento compulsório de votantes do partido adversário (mais intenso na época da guerra contra o Paraguai), invasão das igrejas nas quais aconteciam os pleitos, impedimento de acesso de votantes aos locais de votação, exclusão de adversários das listas de votantes e eleitores aptos, inclusão de eleitores já falecidos nas listas. Não significa que não houvesse violência política antes desse surto, mas a violência institucional se tornou mais cruel e também mais corriqueira.



Em 1850, o fim tráfico internacional incentivou a captura de escravos fugidos, muitas vezes fraudulenta, com ataque a quilombos e outros tipos de comunidades tradicionais, enclaves que não podem ser desligados da política de castas. Episódios que vão nos interessar de perto são a destruição do povoado dos Serranos e a ocupação pelos mesmos Serranos da fazenda Gameleira [C-20-m-1862-63 / BIEBER, 1999: 126-127]. Tropas da Guarda Nacional acorreram de Januária e de Paracatu, e expulsaram os Serranos, que vão se tornar jagunços pagos, contratados para os conflitos em Januária, em São Francisco e em Carinhanha. Outro resquício do velho "bipartidarismo" entre castas foi a invasão das lavras do Duro, próximas a Diamantina [C-21-m-1863 / SANTIAGO, 2016: 74-75]. Em 1879, o Neco invadiu Januária numa legítima sebaça [C-22-m-1879 / SAMPAIO, 2002: 148-156, 166, 190], notando que pertencia ao partido de oposição (conservador) e avisou os moradores (e autoridades) para que pudessem fugir. Vendeu o produto do saque na vila de Carinhanha e em Malhada, porto que fica do outro lado do São Francisco, também na Bahia. Um dos participantes dessa sebaça invadiu em seguida, ou pouco antes, o povoado de Santa Maria (hoje da Vitória), matando o subdelegado de polícia na oportunidade [C-23-b-1879 - SILVA, 2014: 182].

Nos primeiros anos da década de 1880, Gentil de Castro se mudou de Araçuaí para Canavieiras, onde explorou diamantes no Salobo, e para Ilhéus, investindo agora no ramo cacauero. Foi ele quem, a partir de 1883, trouxe para a região de Ilhéus "a nociva instituição da capangagem" nas palavras do cronista Silva Campos [C-24-b-1883-89 - CAMPOS, 1981: 266-67, 272-75]. Os conservadores obviamente não deixavam de contratar por ocasião das mudanças ministeriais. No ministério do visconde de Ouro Preto, até tropas imperiais tomaram parte da sebaça. Com a República instalada, o coronel Gentil foi expulso de Ilhéus, mudou-se para o Rio, onde se envolveu em novas confusões.

D - 1889-1930 - Continuação do ciclo de violência endêmica. As violências políticas do período republicano, começam com a passagem do governo de Deodoro para o de Floriano e atingem todo o território nacional, apaziguadas apenas na presidência civilista de Prudente de Moraes. Na região de Conquista acontece a guerra dos Tamanduás e Mocós, com desdobramentos (assassinatos) que alcançam o estado de Minas e o século XX [D-25-bm-1895-1905 / IVO, 2004: 157-219]. São Francisco é invadida por jagunços Serranos, contratados pelos Morcegos, que permitem que mulheres e crianças deixem a cidade, antes que os caceteiros Morcegos entrem para assassinar o juiz de Direito e outros chefes da facção dos Gaviões. A cidade é novamente invadida em 1914 e em 1920 (o personagem Riobaldo teria participado dessa terceira invasão). Por ocasião da invasão de 1914, a polícia estadual



moveu uma intensa campanha contra Antônio Dó, que a comandou, chegando a praticar um massacre no povoado de Vargem Bonita, na região dos Serranos [D-26-m-1896, 1914, 1920 / BRAZ, 1977: 85-104, 113-17, 131-35].

Depois de serem seguidamente derrotados em escaramuças com o grupo familiar dos Cauaços, os líderes da facção dos Mocós conseguiram que a polícia baiana enviasse uma força tarefa de cinquenta homens para enfrentar os valentes Cauaços, foram, porém, também derrotados. As duas expedições que se seguiram expulsaram os Cauaços de Jequié e passaram a fazer toda sorte de atrocidades contra a população rural, conforme foi denunciado pela imprensa baiana [D-27-b-1916 / AUAD, 2013: 26-62]. Cauaços, além de Mocós e de Rabudos, tornam-se bandidos e assolam o sul da Bahia e o norte de Minas. Em 1918, Artur Bernardes, presidente estadual de Minas, aproveita as eleições municipais para substituir as oligarquias locais. Em Fortaleza, várias escaramuças acontecem, mas o episódio mais sério foi a invasão do distrito de Cachoeira de Pajeú, por jagunços auxiliados pela força pública estadual [D-28-m-1918 / FERNANDES, 1992: 20-25]. Nas primeiras semanas de 1920, a jagunçada dos coronéis que faziam oposição a J.J. Seabra, tomou várias localidades na Reação sertaneja, inclusive na região de Jequié e nas margens do São Francisco [D-29-b-1920 / PANG, 1979: 144-150]. Nessa oportunidade, aconteceu o primeiro conflito de uma pequena série em Carinhanha, sempre em torno do coronel João Duque [D-30-b-1920, 1928, 1930 / PANG, 1979: 138, 199, 203-204]. A leste de Conquista, onde hoje fica Maiquinique, conflitos ligados à grilagem deram origem à formação de grupos antagônicos, causando mortes em Macarani, Itapetinga e no Verruga, hoje Itambé [D-31-b-1926-30 / VIANA, 1985: 153-155].

A política nacional alcança o sertão baiano-mineiro em 1926, com a malfadada campanha da Coluna Prestes ao longo do sertão baiano até chegar ao norte de Minas e de volta pelo mesmo caminho. A Coluna tinha recebido numerosas adesões no norte de Goiás, no Maranhão e no Piauí, chegou à Bahia com 1,2 mil integrantes, saiu, porém, de lá, com 900. Não houve qualquer batalha de vulto, mas um sem número de escaramuças. O que mais aturdiu o sertanejo eram as potreadas. O morador do sertão foi cooptado pelo governo por meio dos infames Batalhões Patrióticos, relativamente eficazes contra a Coluna, mas também cometendo saques e outras violências na região em foco. Essas violências não podem ser desligadas do bipartidarismo crônico, pois a Coluna fazia oposição a Artur Bernardes, agora eleito para a presidência da República [D-32-bm-1926 / SANTIAGO, 2015: 158-172]. Os conflitos da campanha de 1930, também tiveram alcance nacional, temos conhecimento de



atritos em Grão Mogol, Araçuaí, Montes Claros e Carinhanha [D-33-mb-1930 / *DIÁRIO DE MINAS*, 4/2/1930: 3; 6/2/1930: 4; MAURÍCIO, 1986; PANG, 1979: 203-204].

Observações

Não é difícil inserir o período de 1930 até nossos dias na série de conflitos que esboçamos, porém, parece que seria necessário criar uma tipologia específica para o período. Existe um monopólio da política pelas oligarquias, pois quem é pobre e não tem apoio institucional, caso seja eleito, dificilmente atuará. O bipartidarismo crônico nos nossos dias tomou a velha forma da dupla oligarquia, dotada inclusive de totens, a estrela do PT e o tucano do PSDB. Dificilmente chegam às vias de fato. Os conflitos entre segmentos sociais continuam, contudo, ocorrendo. No campo, há conflitos recorrentes pela posse (uso) da terra. São bipartidários, pois envolvem dois segmentos, alcançaram índices alarmantes no início dos anos 1960, bastante intensos na região que margeia a rodovia Rio-Bahia (trecho da BR-116), entre Governador Valadares e Vitória da Conquista. Em 1964, houve um surto de prisões na região que estamos estudando, por ocasião do golpe militar, mas nem sempre eram claramente justificadas. O êxodo rural ajudou a pacificar o sertão, mas levou parte dos conflitos sertanejos para as metrópoles, onde as metades são a cidade devidamente urbanizada, de um lado e do outro, a favela (incluindo ocupações e outras comunidades), palco de incontáveis violências, inclusive das autoridades contra os moradores.

O totemismo político, similar ao totemismo esportivo e distinto do totemismo religioso, permite que levemos nossa linha do tempo até as nações macro-jê, que ainda residem nos sertões baiano-mineiros. As aldeias macro-jê são construídas em círculo em torno de um poste, mas divididas em metades totêmicas, que disputam o poder. Trata-se de um traço antropológico que pode ser encontrado nas mais diversas civilizações e culturas, mas uma possível continuidade da política macro-jê não pode ser negligenciada pelos estudiosos da nossa sociedade.

Ao encerrar este texto, não podemos deixar de lembrar que a serialização que esboçamos acima é preliminar, provisória e incompleta.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Casemiro de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ANASTASIA, Carla. *Vassalos rebeldes - Violência coletiva nas Minas da primeira metade do século XVIII*. 2. ed., Belo Horizonte: C/ Arte, 2012;
- ARAÚJO, Dilton de. "O Estado brasileiro ante os conflitos no sertão da Bahia de século XIX - Eficácia repressiva e acomodação". in Antonio NEGRO et alii (org). *Tecendo histórias - Espaço, política e identidade*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 141-157.
- AUAD, Márcia do Couto. *Anésia Cauaçu - Mulher-mãe-guerreira - Um estudo sobre mulher, memória e representação no banditismo na região de Jequié - Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.



- BIEBER, Judy. *Power, patronage, and political violence - State building in a brazilian frontier, 1822-1889*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization matérielle, économie et capitalisme - XV^e-XVIII^e siècle*. Paris: Armand Colin, 1979 (reimp), 3 v.
- BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. São Francisco: [ed. do autor], 1977.
- CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: MEC, 1981.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã - A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni - Ministro do povo*. 4. ed. rev. e aum., Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1982.
- DIARIO DE MINAS* - Orgam do Partido Republicano Mineiro. Belo Horizonte, 1930 [edições de 4 fev e 6 fev consultadas na Hemeroteca Estadual, em Belo Horizonte].
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos - Gênese e lutas*. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. rev., São Paulo: Globo, 2008 (reimp).
- FERNANDES, João da Costa. "Algumas notas da minha vila política e familiar". Ed. facsimilar do manuscrito in LISBOA, Apolo; LISBOA, Abdênago. *Octacilada - Uma odisséia do norte de Minas*. Belo Horizonte: Canaã, 1992, p. 20-25.
- IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho - Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- _____. *Homens de caminho - Trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- KRAAY, Hendrik. *Race, State, and armed forces in Independence-era Brazil - Bahia, 1790s-1840s*. Stanford: Stanford Univ. Press, 2001.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília - (v. 1) A experiência da humildade*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974 (reimp).
- MACHADO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3. ed. rev., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Univ. de S. Paulo, 1980.
- _____. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. [2. ed.] Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Univ. S. Paulo, 1985.
- MAURÍCIO, Milene. *Emboscada de bugres - Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Imp. Of., 1986.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol - Violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 2. ed. [rev. e aum.], São Paulo: A Girafa, 2004.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999 (reimp).
- PANG, Eul-soo. *Coronelismo e oligarquias - 1889-1934 - A Bahia na Primeira república brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens - Garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino - 1768-1800*. São Paulo: Anna Blume, 2009.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas - Idéia, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- _____. "Pé-duro, chapéu-de-couro". in _____. *Ave palavra!* 5. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 169-195.
- _____. *Sagarana*. 28. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Org. José Carlos Barreto de Santana, São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- SANTIAGO, Luís. *Tempos de Diamantina*. Pedra Azul: ed. do autor, 2016.
- _____. *O mandonismo mágico do sertão - Corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais - 1856-1931*. Pedra Azul: ed. do autor, 2015.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Districto Diamantino da comarca do Serro Frio (provincia de Minas Geraes)*. Rio de Janeiro: Castilho, 1923.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão - A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- SENNA, Nelson de. *Anuario de Minas Geraes*. Belo Horizonte: [ed. do autor], 1918, v. 6, t. 2.
- SILVA, Rafael Sancho. *"E de mato faria fogo" - O banditismo no sertão do São Francisco - 1848-1884*. Salvador: UFBA, 2011.
- _____. "E de mato faria fogo" - O conceito de banditismo no sertão do Carinhanha e Urubu entre 1850 e 1880". in ARAÚJO, Dilton; MASCARENHAS, Maria José (org). *Sociedade e relações de poder na Bahia - Séculos XVII-XX*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 167-187.



- SILVEIRA, Marco Antonio. "Acumulando forças - Luta pela alforria e demandas políticas na capitania de Minas Gerais (1750-1808)". in *REVISTA DE HISTÓRIA*. São Paulo: Depto. de História / USP, n. 158, p. 131-156.
- SOUZA FILHO, Argemiro de. *A guerra da Independência na Bahia - Manifestações políticas e violência na formação do Estado nacional (Rio de Contas e Caetité)*. Salvador: UFBA, 2003.
- SOUZA, José Moreira de. *Cidade - Momentos e processos - Serro e Diamantina na formação do Norte mineiro no século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1992.
- SOUZA, Laura de Mello e. "O governador, os garimpeiros e os quilombolas - Estado metropolitano, escravismo e tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII". in _____. *Norma e conflito - Aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006 (reimp.), p. 138-150.
- TAVARES, Odorico. "Roteiro de Canudos". in *O CRUZEIRO*. Rio de Janeiro, a. 19, n. 39, 17/07/1949, p. 8-18, 36, 42, 52-66 [fotos de Pierre Verger].
- VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. [2. ed.], Rio de Janeiro: INL, 1948.
- VIANA, Aníbal. *Revista histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Jornal de Conquista, [1985-1986], 2 v.